

Da estratégia do investimento nascem as nações*

Enéas de Souza

Economista da FEE

Há uma certa dramaticidade, não isenta de ironia, no lançamento de um plano para mudanças econômicas na esfera produtiva, exatamente na era da hegemonia das finanças. Na verdade, o que foi lançado é um programa para os investimentos público e privado. Um programa para a renascença do crescimento. Foi um lançamento do Governo, no qual imperou um gesto de congregação política com os governadores, justamente numa época onde era o contrário que funcionava: comunicados de medidas que levavam água aos moinhos do processo de acumulação financeira. Curiosamente, pouco se está falando da qualidade dessa mudança, que representou um verdadeiro enxerto, uma tentativa de mudança da água em vinho, uma delicada operação no corpo da política econômica do País. E talvez aí esteja o fulcro de toda a questão que envolve o Programa de Aceleração do Crescimento, o recém-nascido PAC. Ele surgiu, como um girassol, depois de 12 anos de triunfo do mercado financeiro, para recomençar a soletrar novas taxas de crescimento para o País.

Vamos comentar e analisar esse programa dentro de uma visão estratégica, que abarca tanto a construção de um projeto nacional quanto as definições de uma política econômica. Para se ter idéia da alteração que o Governo Lula apresentou, temos que partir da consideração da longa preponderância financeira no poder econômico-político do País. Esta tinha como objetivo básico solucionar e regular o pagamento da dívida nacional, dominando e equilibrando as contas do Estado. Para o cumprimento desse notório alvo, toda a administração tinha que contribuir para a estabilidade da economia. Dentro do escopo, foram anos de controle inflacionário; foram anos do manejo da taxa de juros (sempre pronta para subir e inibir o crescimento econômico e a inflação); foram anos que conduziram o câmbio de uma taxa controlada a uma taxa flutuante; foram anos do controle progressivo do balanço de pagamentos; como foram anos também do controle sempre complexo, e não totalmente exitoso, do gasto público; etc. E, companheiro desses controles, mani-

festou-se uma figura nevrálgica, crescentemente vista como um super-herói, o chamado superávit fiscal primário, de aparecimento maiúsculo, cada dia com mais vigor no seu porte, assustando e brecando o desenvolvimento. O superávit fiscal primário foi uma idéia acordada com os representantes dos capitais estrangeiros, o Fundo Monetário Internacional.

O citado superávit foi, sem dúvida, um dos elementos fundamentais para o êxito do privilegiado modelo de acumulação financeira. Primeiro, porque controlava, no genérico, o gasto público, mas também proporcionava um pagamento garantido de juros, através de uma vinculação orçamentária informal, imposta pelo FMI ao Governo. Segundo, porque, somando essa parcela do superávit fiscal aos rendimentos proporcionados pelo desempenho da taxa de juros no mercado de títulos públicos e privados, tínhamos o toque de Midas: renda para os ânimos financeiros. Logo, um caldeirão que devorava o crescimento e o emprego — nem de longe levados em conta —, que viajavam na sedução das promessas de um futuro que não chegava nunca. Eram os primos pobres das finanças no Brasil. Finanças que estavam preocupadas em cobrar o débito e avultar os seus rendimentos. Valia, então, uma retórica, a ficção mitológica de atrair “investimentos” através de capitais forâneos. E, como membros de um rebanho ensinado, eles se dirigiam pacificamente para o mercado financeiro, o que comprovava a afirmação de que a categoria econômica da renda era o centro da economia brasileira. Em oposição a esse quadro, o PAC surgiu, agora no início do segundo mandato do Presidente Lula, com a finalidade de deter os avanços fulminantes dessa hegemonia, sem deixar de aproveitar os efeitos afirmativos da estabilidade, absolutamente convenientes em épocas de mundialização.

A saída do cerco financeiro

Mas falemos de algo parecido, como um enxerto, e que promete a brotação do crescimento na continuada festa das finanças. Talvez não seja a surpresa da mutação econômica proposta no PAC, quem sabe sejam a natureza

* Artigo recebido em 28 jan. 2007.

e o modo como essa inclusão foi trabalhada, de que poucos estão sabendo falar. Parte da população nem sabe bem o que está ocorrendo. É verdade, é tempo de férias; mas há algo decisivo que não está sendo devidamente escutado, nem ouvido, nem lido. Há um certo quê, que não foi observado. Ou, se foi, não mereceu o suficiente ressaltado, não encontrou a necessária interpretação: a mudança de atitude política do Governo. Pois não basta olhar a rota econômica, cabe ir além. E ninguém está falando, porque parece ter havido uma síncope na compreensão do fenômeno. Havia uma fome da indústria, do comércio, dos desempregados de que o crescimento retornasse. Havia uma múltipla expectativa quanto à amplitude do Programa. Mas, dado que o Governo tinha falado em crescimento, houve, rapidamente, após o anúncio do pacote, a discussão meramente das medidas, uns achando muito pouco, outros querendo o céu, e terceiros temendo o inferno. E, como de lei, alguns economistas das finanças falando a cantilena de sempre: “Faltaram propostas para a reforma fiscal, para a reforma previdenciária, para a reforma trabalhista”. Mas o mais importante passou batido, foi a grande reviravolta que o Governo Lula fez nos últimos tempos, a alteração na forma de encarar a dinâmica da economia vigente. Uma metamorfose política profunda. E isso se deu pelo fato de ele ter conseguido sair de um assédio econômico e também político de quatro anos, quando houve, após a vitória de 2002, “a era Pallocci” e “os escândalos do mensalão e do dossiê”. O mundo, que se tornara hostil, se fez outro para o Governo.

E, para que esse outro mundo fosse possível, para sair do bloqueio, o Governo teve que alcançar um novo triunfo eleitoral, quase inesperado para a oposição, mas que veio do trabalho subterrâneo e da coordenação dos programas Bolsa-Família, Luz Para Todos, Crédito Consignado, etc. Foi esse contato com a população, sobretudo aquela de condições adversas, que materializou a vitória nas eleições em 2006, que deu ao Governo a oportunidade de saltar do círculo que o aprisionava. Foi, portanto, a conexão popular a causa da envergadura, da robustez e da força para que o Estado pudesse introduzir o implante do crescimento no corpo aparentemente inatingível do modelo de acumulação financeira. Com isso, dizemos tudo, uma mutação política está em marcha, é a aposta calculada que o Governo está pagando para ver.

E disso está se falando pouco: da estratégia envolvida na aposta. Acaba-se por se discutir apenas as medidas em si — o que é extremamente importante —, mas se está esquecendo de debater o fulcro da questão, o fundamento delas. Para começar, o Governo jogou no

limite da contradição. Na verdade, na verdade, são duas decisões tomadas: uma é manter a mecânica da política econômica reduzida — moeda, câmbio, juros e controle fiscal, tudo fica aproximadamente intacto —; a outra, invulgar, inusitada, fazer um programa que vise a um salto, que procure dar um novo “ambiente macroeconômico”, mesmo que aparentemente tímido, no sentido de revigorar as taxas de crescimento da economia. Busca o Governo, naturalmente, tornar saliente um outro personagem econômico, talvez o mais super-herói de todos, o investimento — aquilo que pode fazer desabrochar a produção, que pode desdobrar positivamente o emprego e proporcionar funcionalidade à área financeira. Enfim, aquilo que permite a um país começar a pensar em ser nação.

Aqui é preciso fazer um parêntese. O jogo político e econômico é cheio de manhas e de artifícios, de ilusões e de engodos. E, então, até agora, as finanças usaram um truque conceitual e lingüístico magistral. Falavam continuamente que as aplicações financeiras eram investimento. É preciso que fique muito claro: na boa linguagem econômica, investimento é somente investimento produtivo. E foi sempre isso que estava escondido, impossibilitado de surgir como idéia e como realidade: investir na produção. Durante longo tempo, a taxa de investimento da economia brasileira estava quieta, em repouso, talvez ressonando. Não passava de 18/19% do PIB. O Governo não investia, e o setor privado dava muito pouco sinal de vida, porque o primeiro ficava atrelado ao controle do superávit fiscal primário e à desmontagem das empresas estatais — a discutida privatização —, e o segundo não conseguia escapar de uma taxa de juros elevada, um notável freio de mão, que marcava um impedimento de gastos em plantas de produção, equipamentos e mão-de-obra. Essas duas atrelagens mencionadas deram um tônico e uma energia extra ao fortalecimento do mercado financeiro. E, apesar de uma fração da mídia ajudar que se espalhasse o equívoco de que aplicação era investimento, a realidade foi desfazendo o equívoco, e a população soube distinguir as jóias das imitações. E as condições de transmutação econômica e política emergiram somente agora, porque, se elas estavam presentes em 2003, o contra-ataque das finanças, antes e durante o primeiro mandato, conseguiu postergá-las por quatro anos, ou seja, para hoje, 2007.

E essa foi a mudança política fundamental: o Governo saiu do cerco das finanças. Saiu do cerco das finanças e retomou a defesa, o incentivo e a propagação do investimento; para que não haja dúvidas: do investimento produtivo. E, dessa forma, o lançamento

do programa é o primeiro ato político de envergadura que inaugura o segundo mandato. É preciso esclarecer que a mudança na política não provoca necessariamente o êxito econômico. Existem as tarefas de execução do Programa e que são inúmeras. Mas não cabem dúvidas de que o que não pudera ser alterado no Lula I, pôde ser agora, no Lula II: as condições políticas para optar pelo crescimento.

A reviravolta na estratégia nacional

Com isso, estamos mergulhando na visão estratégica do Estado brasileiro. Sair do cerco não significa capacidade de afrontar o modelo das finanças, mesmo que em nome da população. Se olharmos a liderança da economia, se percebermos a política profunda, o subterrâneo da sociedade, as finanças continuam hegemônicas. Mas não estão mais na ofensiva total, no domínio absoluto. As eleições trouxeram a voz da rua, que queria e quer mudanças. Há, então, um acordo possível, uma nova árvore a ser plantada. E o que o Governo está tentando fazer é acompanhar a trilha do conflito capital financeiro *versus* população e organizar essa tensão assimétrica. O Executivo fala sustentando-se no resultado eleitoral, visando achar uma forma de harmonizar a população com o outro lado. A solução encontrada é fazer um elo dela com o crescimento da atividade produtiva. Se, no primeiro mandato, os jogos possíveis da política foram os programas sociais, um dispêndio assistencial tímido, mas frutífero, agora, a estratégia inclina-se na direção de tentar o crescimento da produção, através de um programa que se centra na energia, na infra-estrutura, na habitação, em tecnologia e em medidas fiscais de diversas ordens.

Essa abertura da estratégia se ampara, ao mesmo tempo em que concentra ações, no capital produtivo, bastante desconsiderado no primeiro mandato, por razões óbvias. Com essas novas decisões, ocorre o descolamento parcial do capital industrial de sua união forçada, de seu pacto econômico, com as finanças. Amplia-se, então, o leque de apoio ao Governo, que passou para a ofensiva. Por outro lado, o Programa não vai contra a manutenção da mecânica da estabilidade, ela fica assegurada, apesar de se prever uma suave diminuição do superávit primário, em 0,5% do PIB. Naturalmente, todo esse movimento altera a facilidade de percepção de rendas que as finanças vinham obtendo. Mas os pontos propostos não chegam a entrar em confronto direto com o mundo financeiro. De qualquer

forma, a mudança de atitude política traz um novo comportamento do Estado na economia, assume uma posição mais ativa e de maior amplitude naquilo que toca ao investimento, sem que abandone os programas sociais, que são a sua conexão vital com a população.

O núcleo de sua estratégia é, portanto, ensaiar a recuperação da iniciativa estatal na questão da dinâmica econômica, no tocante ao privilégio do investimento sobre a aplicação financeira, porém num novo desenho. Trata-se, aqui, de uma tentativa de casamento de idéias do desenvolvimentismo e do modelo de acumulação financeira. Ou seja, 12 anos mostraram, à saciedade, à náusea, à exaustão, que dar prerrogativas ao tratamento financeiro da economia não dava origem ao crescimento e muito menos ao célebre e propalado “desenvolvimento sustentado”. Ao contrário, as finanças têm, se o manejo da taxa de juros pelo Banco Central é sempre de taxas elevadas, uma persistência no jogo pela “preferência pela liquidez”. Keynes falava-nos admiravelmente bem sobre o assunto. E reter dinheiro hoje não quer dizer que vá se investir em fábricas e em produção amanhã. Quer dizer que os juros se elevam. E, com taxas de juros apetitosas, o dinheiro acaba indo para títulos onde cada vez mais se gera mais dinheiro. Os capitais de múltiplas origens ancoram-se, num ambiente financeiro e especulativo, na posse de sua forma líquida. E até mesmo os industriais só investem, defensivamente, para não perder posição, porque o seu movimento mais caudaloso vai para o mercado onde prevalecem as finanças. E, se os títulos do Governo são seguros e podem crescer em rendimentos, que mal tem em carregar sua carteira, seu portfólio, com esses ativos? (Mesmo reclamando das altas taxas de juros que impedem o investimento!)

A estratégia do Governo não é ainda uma estratégia de desenvolvimento, porque a política econômica reduzida, ou de curto prazo, teve apenas a agregação de uma política de crescimento, quase “*ad hoc*”, que ainda não está fixada no centro da estratégia global da economia brasileira. O desenvolvimentismo, nos seus bons tempos, tinha uma política econômica clara: o investimento público assumia a liderança, puxando o investimento estrangeiro, e a esses dois seguia o capital nacional. A parte que cabia à moeda, aos juros, ao câmbio e as receitas e as despesas governamentais dava fluidez à dinâmica proposta. No desenvolvimentismo, o investimento alicerçava-se também visando ao emprego. Esse é o trem do desenvolvimento, que transporta dois vagões líderes e importantes: o investimento público e o investimento das estatais. Não foi sem razão que as finanças desmancharam quase integralmente este último, atingido no longo período de Fernando Henrique, via privatização.

Só que ainda restou alguma coisa. E a nova estratégia de crescimento recupera a inspiração do desenvolvimentismo, mas assume outros contornos.

Sim, as políticas monetária, financeira e tributária caminham no mesmo sentido da manutenção e do controle da estabilidade. Mas o seu norte terá que passar a ser outro: estabilidade, de acordo, mas com participação na construção do crescimento. Daí a tentativa de ligar o desenvolvimentismo e a dinâmica financeira. O que se alterou com a mundialização e a presença das finanças nas economias nacionais, sobretudo nas economias emergentes, foi que o desenvolvimentismo não pode usar mais a inflação como fonte de financiamento. Daí a opção da taxa de juros como controle para a fundamental consagração da estabilidade. Ou seja, o grande desafio do momento é como harmonizar inflação, presença do Estado, taxa de juros e investimento — desenvolvimentismo e finanças. Naturalmente, está latente uma zona de conflito, se pensarmos que o Banco Central, virtualmente independente, pode forçar a variável-chave da economia financeira, a dita e redita taxa de juros, não a baixando suficientemente ou elevando-a para patamares complicadores. Ou seja, estamos mostrando um ponto onde a contradição na estrutura dos conflitos sociais e da política econômica pode subir à superfície e criar embaraços políticos e econômicos à reviravolta da estratégia nacional.

O nervo sutil do PAC

O novo passo da Administração Lula foi propor um programa de crescimento em cima não só das necessidades estruturais do País, que bloqueava, inclusive, a ampliação acumulativa da indústria e da agricultura (e que fornece oportunidade para o emprego, como a infra-estrutura), mas localizado, sobretudo, na articulação dos investimentos públicos, privados e das estatais. Além do mais, há uma sutileza no processo, a liderança da Petrobrás. Pouco importa que a empresa já tinha a maior parte desses investimentos anunciados, programados. O que importa é a sua integração no bojo de uma política estratégica do Governo. A Petrobrás, além de reforçar a superação da pouca margem de manobra que tem o Governo para fazer um programa, entra num território estratégico fundamental: coloca a energia como o nervo sutil da ação. Claro, esse trânsito tem duas mãos, o Governo recebe apoio, no entanto, também reforça a posição da Petrobrás. O notável, a consequência dessa opção, é que, na estratégia nacional, a energia passa politicamente para o primeiro plano do

País. Portanto, é mais do que um apoio no investimento produtivo; é mais que uma flor da Petrobrás ao Programa; é uma opção pela sustentação política de um investimento estratégico; é uma aposta na estratégia brasileira no concerto das nações, olhando o País na senda do longo prazo.

Para termos a dimensão do atual gesto político, é só pensar o Brasil no contexto planetário e ver que a disputa pela energia carrega uma acirrada competição internacional. Olhemos os Estados Unidos e sua ação guerreira no Oriente Médio, vejamos os papéis da Rússia, da China e da Índia e não esqueçamos as importâncias da Venezuela e do Irã nesse vasto tabuleiro. O futuro joga-se na energia, o futuro da economia e da civilização. E como desprezar, então, a proposta, se ela tem um acento sobre o tema, se ela fortalece a expansão dos projetos da Petrobrás no petróleo, no etanol e nos biocombustíveis? Neste último aspecto, o Brasil sai na frente no plano da América do Sul e, quem sabe, alcance, no contexto mundial, os postos de liderança. Temos razão: aqui está o nervo sutil do PAC. Aquilo que a mentalidade economicista dos empresários, dos economistas e dos políticos não enxerga está ali. Trata-se de um jogo múltiplo do Estado e da Petrobrás: crescimento e diversificação da companhia; liderança no investimento — carregando, inclusive, fornecedores, ampliação da presença da empresa no mundo, maior incorporação dela no fortalecimento da estratégia imediata do Governo e, sobretudo, a integração da Petrobrás na estratégia nacional de longa duração. Uma certa aurora com esse apalpar no amanhã, com essa ação ampla: do petróleo ao etanol e do etanol ao biocombustível.

As intenções que estão vestindo o Programa buscam, com ambição, uma colagem, uma soldagem, entre a política econômica e a estratégia nacional. Essa identidade faz um corte, bem inicial, na vinculação exclusiva da política econômica com o processo de acumulação financeira. A política econômica, dentre muitos níveis, tem que estar combinada com um projeto da Nação. Aqui, a estratégia nacional, que estava defendida e localizada na área do Ministério de Relações Exteriores, principia por romper com a insistência única da política econômica, sempre em favor da estabilidade inflacionária e da renda das finanças. E tudo dentro de um regime circular e virtuoso: a auto-alimentação do circuito financeiro, favorecido pelo Estado com a desculpa de pagar a dívida. Agora, a tentativa, mesmo que sujeita a sucessos e tempestades, anda no sentido de juntar os pedaços da fragmentação do País em torno de uma estratégia nacional. Assim, quando se coloca a energia como elemento decisivo da política econômica brasileira

e da estratégia do País, une-se a política de autonomia — já em voga, nas questões das relações externas — com a vocação energética da Petrobrás e do País. Combina-se a dinâmica econômica e a estratégia nacional.¹ Pode-se promover o real e o simbólico. E a conclusão é absolutamente instrutiva, algo que o modelo de acumulação financeira não atendia. Uma nação não pode ter estratégia nacional de *global player*, com consistência e coerência no mundo atual, se não tem uma política econômica centrada na energia e no investimento. Veja-se a China, veja-se a Índia.

E, ao fazermos esta análise, buscamos salientar a sutileza desse programa de aceleração do crescimento. As idéias estão embutidas no seu cofre de intenções, que desbordam, de forma aguda, para campo mais amplo da política estratégica nacional. Não diríamos que o Programa joga na aparência da pequena política, porque fazer o Brasil crescer não é pequena política, mas podemos assegurar que o tiro atravessa a parede da economia e vai mais longe, atinge o alvo da “pedra do reino”, para usar a expressão de Ariano Suassuna. A questão que nos intriga é por que a Petrobrás não foi proclamada pelo Estado nessa posição de reforço e ampliação da estratégia nacional? Talvez porque o macroambiente brasileiro, público e privado, seja tomado, faz anos, pela exclusividade economicista, pela mediocridade do imediato. Como diria Nietzsche: onde ouvidos para as minhas palavras?

Do eixo de crescimento à nova situação do Estado

Quando escrevemos, na **Carta de Conjuntura**, em outubro de 2006, sobre **As Três Alternativas do Brasil** (Souza, 2006), uma delas representava a possibilidade de investir em infra-estrutura nacional. E o PAC entrou por esse caminho, fazendo um primeiro passo, aglutinando Petrobrás e Eletrobrás no campo da energia e incentivando uma série de propostas nas questões do conjunto de redes públicas, o suporte material coletivo do sistema produtivo, tanto para a produção e a circulação de mercadorias como para o atendimento social — nesse sentido, com a ênfase em saneamento e habitação, inclusive a habitação popular. Acompanham-no medidas em vários âmbitos, envolvendo aspectos creditícios,

financeiros, fiscais, etc. Não podemos deixar de perceber a pitada tecnológica na TV digital e na informática.

Porém o que cabe ressaltar estrategicamente é o eixo energia/infra-estrutura/habitação, pensado numa concepção de mais longo prazo, porém a ser viabilizada no curto e no médio. É a tentativa de criar uma dinâmica de crescimento, a partir do estímulo possível do setor público (mal tendo rompido o cerco econômico e político do setor financeiro), para enlaçar e provocar a entrada do setor privado nessa dinâmica aludida. O laço que abraça as empresas e os capitais combina desobstruções na malha infra-estrutural com medidas que atuam ao menos em dois lados empresariais, seja solicitando mais investimentos, seja baixando custo e elevando a produtividade. Cabe salientar que essa estratégia aglutina entidades da área pública, o BNDES incluído, para trazer o setor produtivo privado a encontrar maiores resultados econômicos também na área do lucro, enquanto procura, pelo menos nas obras públicas e no setor da construção, refazer uma quota indispensável no setor do emprego.

O conflito social que atravessa a política econômica do pacote nos possibilita ver que nele estão incluídos diversos matizes. Em primeiro lugar, há uma nova configuração das forças políticas. Num sentido, as finanças seguem ganhando, mas, agora, a produção tem um suporte novo, a presença da população, pelo vasto desejo destas últimas figuras de que o País cresça. O jogo passou a ter um formato de relacionamento interessante: o Governo precisou da população para se reeleger; e a produção, do Estado para avançar no seu crescimento. Com isso, o Executivo, tendo libertado-se do cerco das finanças, pode novamente ser o mediador entre todas as forças sociais. Assim, em segundo lugar, há uma nova dimensão em campo: a reestruturação da soberania do Estado, que marca a possibilidade de fugir da subordinação integral das finanças. Nesse movimento, desenha-se um novo espaço de ação e projeta-se a recuperação e a renovação no uso de instrumentos, de políticas e de programas. O Estado tem que deixar de ser um Estado financeiro. E refazer e inventar aquilo que havia sido desmanchado e fragmentado pelas finanças. Só que essa recomposição não é um retorno aos tempos antigos; buscam-se nuances.

Num gesto de indicação de rumos, o Governo traz mais para perto de si a Petrobrás e a Eletrobrás, postos numa condição estratégica superior, principalmente a primeira. Embora não consiga desalojar as finanças do Banco Central, o lado produtivo estatal e privado aninha-se com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério dos Transportes, etc. Ora, essa nova configuração de forças traduz um afrouxamento da aglutinação anterior

¹ Não se deve esquecer, por outro lado, que a Eletrobrás pode também dar uma contribuição singular na questão em pauta.

dos capitais em torno das finanças. Aparece um deslizamento por parte do capital industrial, uma vez que foi contemplado, pelo Estado, com uma política que favorece o setor. Fica, então, difícil uma ofensiva brutal do lado ainda hegemônico, porque há que lembrarmos que, no passado, a indústria acabou por se perfilar sob liderança financeira, apesar de ter esperneado bastante, sobretudo na questão da taxa de juros. Agora, está em outra posição e em outro lugar no combate dos grupos sociais. Ela acabou favorecida pelo grande movimento das urnas, que, preferindo a candidatura Lula, queria, de fato, algo em torno do crescimento. E é nessas ondas que a produção pretende surfar.

Com isso, é possível pensar que o PAC comporta, para um futuro próximo, se der resultados com o seu eixo produtivo, a possibilidade de um processo econômico que gere um novo modelo de desenvolvimento num contexto de dominância das finanças. Um diálogo-duelo entre a produção e estas, um novo rearranjo na organização do capital, um outro modelo financeiro-desenvolvimentista. E não, como está absolutamente claro, um modelo financeiro de desenvolvimento. Porque este não existe; o Brasil demonstrou essa verdade de 1994 a 2006. Dessa maneira, estamos falando de um processo onde a indústria, a agricultura e as finanças possam se contrabalançar, através do papel de um mediador que só pode ser do Estado. Essa é a nova realidade do Brasil. Mas as finanças não serão subjugadas, porque são, antes de tudo, o setor hegemônico do capitalismo atual. E tem uma presença e um enlace internacional com raízes fortes na globalização. Mas as esferas produtivas e financeiras podem se harmonizar, desde que haja uma articulação com a população, na defesa da contribuição da esfera que produz. Falando intensamente: a população é a chave política das vitórias econômicas numa democracia contemporânea. O que se provou no País, tanto nas eleições de 2002 como nas de 2006, passa por uma conclusão irreversível. A população, apesar da força de manipulação abusiva da pós-moderna sociedade de espetáculos, sempre retorna à cena de forma decisiva, e ela é inconfundivelmente pelo desenvolvimento. Por isso, em tempos de finanças, o sistema produtivo só avança se ele se tornar aliado permanente da população. Ou seguem essa estrada, e os lucros sobem, ou passam a acumular ativos financeiros.

De outro lado, o conjunto da população — trabalhadores urbanos e rurais, desempregados e indigentes, etc. —, embora continue sendo o lado subalterno do conflito político, é capaz de ler, numa conjuntura social e histórica, por onde passa o seu

interesse. No Brasil, a parte mais frágil, os desempregados e os indigentes, é lentamente incorporada ao sistema econômico, através dos programas sociais já implantados no primeiro Governo, e notoriamente agora com uma possível expansão do emprego e também com a retomada de construções para habitação popular. Os eventuais conflitos entre setores do sindicalismo sobre o uso do FGTS não apagam a intenção do Governo, nem a influência dos habitantes de um país. O que se percebe, no PAC, é a vontade de estender ganhos também para as camadas mais pobres da população. E isso converte o panorama da luta política das frações da sociedade num enredo diferente. E é por essa razão que a política do Governo, depois de ter saído do cerco das finanças, pode propor um programa que divida, ainda que muito desigualmente, as fatias da renda nacional de uma maneira ligeiramente melhor. Como sempre afirmamos, é a política que faz a economia funcionar, ela tem o poder de equacionar o nível presente e prospectivo da tensão e do conflito social. O que mudou, na atual conjuntura, foram o Governo, a população e o caminho da indústria.

Mesmo que ligeiramente, é preciso verificar que os conflitos sociais se expressam no interior do Estado, de forma geralmente indireta. Acontecem múltiplas mediações, as burocracias e os ministérios certamente revelam tendências e opções e fazem parte das zonas de batalhas que saem da sociedade e migram, de formas diversas, para o interior do Estado. Então, com o PAC, o cenário social transplanta-se figuradamente para as instituições estatais. Embora seja possível pensar que, de maneira sincrônica, os órgãos do Governo atuem numa determinada direção e busquem uma posição adequada para o País, a avaliação, nesta atual fase, é que o Estado, hoje, está perpassado por uma tensão nova. De um lado, temos a Casa Civil e a Fazenda, que concentram seus esforços numa nova organização do Estado. Eles são a favor de uma estratégia nacional (como o Ministério de Relações Exteriores) e trabalham para o crescimento da economia. Partem da idéia de investimentos estatais e privados na área produtiva, coordenam outros ministérios e pensam chegar a uma política de desenvolvimento no médio prazo. E, de outro lado, o Banco Central, cuja posição básica é a de defesa do Brasil como área da acumulação financeira. Com a mudança do Ministro da Fazenda, ele foi perdendo o companheiro ideal e resta agora como a fortaleza que defende a política das finanças. Mas, mostrando esses dois lados, estamos querendo salientar que o conflito de perspectivas não desapareceu e assume outro patamar. Por isso, é preciso sempre pensar que o Banco Central tem a chave da política econômica de curto prazo, a

taxa de juros básica do mercado. Basta um movimento ascensional desta, para que haja uma paralisação do movimento no ramo da produção. Talvez o que possamos verificar é que o País tenha uma nova paisagem, um novo espaço, por enquanto um ponto imaginário a ser alcançado. Já falamos dele: um modelo que combine as esferas produtivas e financeiras. É para essa mesa de jogos que convergem as apostas.

SOUZA, Enéas. O estado financeiro e a continuidade da política econômica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 13-20, set. 2006.

Conclusão

O PAC, na sua construção estratégica, proporcionou a explicitação das novas tendências da sociedade brasileira. Após o ganho eleitoral, o Governo, numa mudança de atitude política, conseguiu superar o cerco financeiro e tratou de fortalecer uma estratégia nacional de autonomia. Com isso, começou a reestruturar o Estado, em função de um novo mosaico social de forças. Retornam, assim, ao cenário os investimentos público e estatal, para incentivar o investimento privado. O eixo escolhido foi energia/infra-estrutura/habitação. Mas, demorando-se um pouco na sua análise, percebe-se que há o objetivo de centralizar o Programa na energia, o que significa dar veemência à Petrobrás. Essa é uma indicação de que a estratégia nacional passa pelo desempenho energético como um dos pólos do projeto Brasil. Como desdobramento da sustentação do Programa, existe a tentativa de reconstruir o Estado para mediar a configuração dos grupos sociais, sem deixar de ter uma ambição no concerto das nações. Uma estratégia passa pelos setores como um fio que organiza as pérolas num colar. O que o PAC fez foi abrir um novo espaço para a execução de inúmeros projetos privados e públicos que tragam de volta um certo sonho nacional. O ano de 2007 abre para esse horizonte. Mas nada está garantido, porque tudo são idéias, e agora é a hora da prática das gestões, dos acordos e das divergências. No teatro da economia e da política, começa a peça do fazer. O dado do futuro foi lançado.

Referências

BRASIL. Presidência. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Brasília, 2007.

SOUZA, Enéas. As três alternativas do Brasil. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 10, p. 1, out. 2006.